

NOTÍCIAS DA ASSEMBLÉIA-SC

Florianópolis, 12 de maio de 2000

Ano 2 Nº 26

Ex-policiais depõem na CPI do Narcotráfico

A CPI que investiga o narcotráfico e o crime organizado em Santa Catarina, presidida pelo deputado João Henrique Blasi (PMDB), esteve reunida ontem para ouvir os depoimentos do ex-policial civil Marco Antônio Coutinho, condenado a seis anos de prisão por envolvimento com traficantes, e do ex-sargento da Polícia Militar, João Batista Arruda Coelho, acusado de roubo a banco. O primeiro depoimento começou público e depois, a pedido de Coutinho, continuou de forma reservada.

Ele destacou que se encontra preso devido a "atitudes de quatro policiais militares de Tijucas", denominados de soldado Denilson, cabo Gama, sargento Francisco e tenente Benzi, que seriam os responsáveis pelas acusações de envolvimento com traficantes de drogas. Disse ter ficado cerca de um ano prestando serviço naquele município como investigador na área do narcotráfico, quando manteve contato com o traficante Genésio Luiz, o "Vagão", que depois seria seu informante.

Através de "Vagão" soube que o policial militar de nome Gelson, já falecido, era o "maior traficante de cocaína da cidade", e que recebia a droga de um empresário bem sucedido da região do Vale do Itajaí, a quem devia dinheiro. Ele teria aconselhado o colega a deixar o tráfico. Denunciou que no período em que esteve em Tijucas presenciou muita perseguição de PMs a viciados e que há vários políticos e empresários envolvidos com drogas, citando o vereador Edson Bayer.

Acusou ainda uma repassadora de



Parlamentares tomam depoimentos de ex-policiais envolvidos no tráfico

drogas chamada Arlete, presa em diversas ocasiões "e sempre solta antes de chegar à Delegacia de Polícia", além de revelar ter prendido os seguintes traficantes: "Argentino", Marco "General", "Nego Luiz", Arlete e "Caramujo". Os deputados Pedro Uczai (PT) e Jaime Mantelli (PDT) questionaram o depoente a respeito de alguns casos citados pelo ex-policial.

Arruda, acusado de envolvimento com assaltantes de banco, teve seu depoimento totalmente aberto. Negou as acusações que lhe foram impostas, frisando nunca ter praticado nenhum ato ilícito como PM, e acredita que as denúncias sejam uma "cortina de fumaça" para acobertar algumas irregularidades ocorridas no comando da corporação em Tijucas.

Citou casos de desvios de recursos obtidos por intermédio do convênio de trânsito daquele município, que seriam destinados à manutenção das viaturas e compra de combustíveis. Revelou, ainda, que na época em que o comandante era o tenente Edésio da Silva, foram comprados materiais de construção com o dinheiro proveniente do convênio.

Referindo-se ao narcotráfico, afirmou ter conhecimento que policiais militares colocavam drogas nos bolsos de pretensos traficantes a fim de prendê-los, e negou ter se relacionado mais profundamente com o depoente Coutinho. Também entregou à Comissão notas fiscais que comprovariam suas acusações aos ex-comandantes da PM de Tijucas.

**Agricultores
presentes em
audiência pública**

Página 4

**Knaesel
defende novo
pacto federativo**

Página 3

**Polêmica
nas concessões
de rodovias**

Página 5

OPINIÃO

Por que estou saindo do PFL



Comunico nesta data minha decisão irrevogável de desfiliação do Partido da Frente Liberal, ao qual fui filiado durante doze anos.

Comecei minha vida política neste partido concorrendo à Câmara Municipal de Joinville em 1988, sendo eleito. Em seguida assumi a secretaria municipal de Desenvolvimento Social na administração do então prefeito Luiz Gomes. Em 1990, disputei as eleições para a Assembléia, ficando como segundo suplente, por Joinville, assumindo dois anos após, quando o titular Wittich Freitag foi eleito prefeito do município.

Em 1996, fui candidato, juntamente com Luiz Carlos Vieira, na chapa da sucessão municipal. Reeito novamente deputado estadual, tive a oportunidade de ser segundo vice-presidente da Assembléia Legislativa. Atualmente ocupo a quarta secretaria, sendo também segundo vice-presidente do Diretório Estadual, além de supervisor macrorregional do partido para a região Norte e Nordeste do Estado.

Minha decisão em sair do partido não é de hoje, e um dos

fatos que muito contribuiu foi a minha indicação pelo PFL a conselheiro do Tribunal de Contas, que depois optou por outro candidato, o ex-deputado Wilson Wan-Dall.

Porém, defino como a gota da água o fato de meu partido apoiar a candidatura do pepebista Eni Voltolini para a prefeitura de Joinville, e sendo filiado a um partido, não posso apoiar outro candidato. Não posso aceitar que em Joinville, minha base eleitoral, ao PPB caibam toda a estrutura da saúde, a regional de ensino e outros órgãos de importância vital para o município, enquanto ao PFL caibam apenas órgãos de menor expressão, como o Ipesc e a Cohab. O PFL não luta por seu espaço.

Minha decisão foi amadurecida durante longo tempo, e com nenhum dos meus companheiros discuti o assunto, pois acho que minha opção tinha de ser (e foi) individual e pessoal. Ainda não me decidi sobre uma nova legenda a qual deseje me filiar. Quero ter tempo necessário para refletir, enquanto isso, agirei como sempre: dentro de meus princípios, porém de forma independente.

Deputado Adelor Vieira

A importância do Orçamento Regionalizado



Em 1996, no decorrer da 13ª legislatura, a Assembléia Legislativa aprovou, por unanimidade, duas emendas constitucionais que mudariam para sempre a forma de discussão e aplicação dos recursos públicos do Estado. Numa decisão inédita e consciente com as prerrogativas constantes na Constituição Estadual, os parlamentares abriram caminho para a realização das audiências públicas que culminariam com a implantação do Orçamento Regionalizado.

Por meio da Emenda Constitucional nº. 11, foi inserido um novo inciso no artigo 47 da nossa Constituição, propondo a realização de audiências públicas nas regiões catarinenses, para subsidiar o processo legislativo. A Emenda nº. 12 especificou as finalidades do orçamento com a coleta e a sistematização de propostas consideradas prioritárias de investimentos em cada região. Sem dúvida, o Orçamento Regionalizado veio valorizar a aplicação dos recursos públicos de acordo com as necessidades locais

e não mais por interesses pessoais ou partidários.

Pois bem, no final do mês de abril, participei de uma reunião com os conselheiros do Orçamento Regionalizado onde elaboramos um cronograma de encontros em todo o Estado e uma audiência com o governador, a fim de estabelecer o valor a ser definido dentro do Orçamento 2000.

Cabe ressaltar que durante o período de campanha, o governador manifestou apoio total à manutenção do Orçamento Regionalizado, um processo democrático que me parece irreversível. A própria Assembléia tem dado demonstrações à sociedade que o Orçamento não é uma peça política, mas um instrumento real que mantém metas e investimentos em Santa Catarina.

Portanto, como parlamentares e dignos representantes das comunidades, temos o dever de cobrar e cumprir os objetivos a que se propõe o Orçamento Regionalizado. Pois só assim poderemos almejar uma boa qualidade de vida e o bem estar social da nossa população.

Deputado Rogério Mendonça (PMDB)

Mesa Diretora:

Presidente: Gilmar Knaesel (PPB)
 1º Vice-Presidente: Heitor Sché (PFL)
 2º Vice-Presidente: Pedro Uczai (PT)
 1º Secretário: Lício Mauro da Silveira (PPB)
 2º Secretário: Romildo Titon (PMDB)
 3º Secretário: Afonso Spaniol (PPB)
 4º Secretário: Adelor Francisco Vieira (sem partido)
 Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC
 Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC
 Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751 Fax: 223-7021
 imprensa@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa:

Diretora: Eloá Coutinho de Miranda e Queiroz
 Jornalista responsável: Cleia Braganholo - DRT/SC 974
 Editoração e Diagramação: Soraia Boabaid
 Redatores: Marise Ortiga, Cleide Winckler, Rubens Vargas, Rose Mary Paz Padilha, Carlos Alberto Hinckel, com a colaboração dos assessores de bancadas
 Revisão: Margareth Genovez
 Fotografia: Jonas Lemos Campos, Maria do Carmo Kravchychyn, Giancarlo Gianni Bortoluzzi, Solon Soares e Alberto Neves
 Distribuição: João Batista Ramos e setor de Expedição
 Impresso na Divisão de Divulgação e Serviços Gráficos da ALESC

PRESIDÊNCIA

Parlasul assina moção por novo pacto federativo

Presidentes das Assembléias Legislativas do Rio Grande do Sul, Paraná e Mato Grosso do Sul responderam positivamente e com entusiasmo à proposta do presidente do Legislativo catarinense, deputado Gilmar Knaesel (PPB), de assinatura de uma moção para a criação de um novo pacto federativo que dê mais autonomia aos governos estaduais e municipais. A moção foi assinada na reunião paralela do Parlamento do Sul, na Conferência Nacional dos Legislativos Estaduais, que se encerrou nesta terça-feira em Gramado.

Os integrantes do Parlasul foram unânimes ao condenar o excessivo controle do governo federal sobre os recursos e a legislação dos estados e municípios. Para eles a solução dos problemas do Sul é tratar as questões de forma especificamente regional, pois em um país com grande dimensão geográfica e diversidade cultural o tratamento uniforme só resultará em injustiças.

No encontro Knaesel criticou dura-

mente o que chamou de "práticas imperiais" do governo federal, que centraliza os recursos e os distribui baseado em barganhas políticas. Apontou o atropelo de competências e atribuições entre os níveis de governo.

dependências do Hotel Serrano, em Gramado (RS), nesta segunda-feira (8), para participar da IV Conferência Nacional dos Legisladores Estaduais, que neste ano tem como tema "Desafios do Parlamento na Era Digital - Gramado 2000".

Autoridades como o governador Olívio Dutra, secretários de Estado e magistrados gaúchos prestigiaram o encontro, que terminou nesta terça-feira e foi organizado pela União Nacional dos Legisladores Estaduais (Unale). A entidade elegeu a nova diretoria, que tem à frente o deputado Orlando Pessuti (PR), e conta agora na Diretoria Regional Sul com o presidente da Assembléia catarinense, deputado Knaesel e o deputado



Momento que antecedeu a suspensão da sessão solene

Repercussão internacional

Em torno de 260 parlamentares da maioria dos estados brasileiros e de países como Argentina, África do Sul, Estados Unidos e Canadá lotaram as

Adelor Vieira no Conselho Fiscal.

Para Gilmar a intenção da Unale é integrar as regiões brasileiras, cabendo a ele a importante tarefa de levar os anseios dos três estados sulinos às reuniões ordinárias da entidade, sediada em Brasília. Os discursos foram marcados por severas críticas à centralização imposta pelo governo federal.

Representaram também Santa Catarina os deputados Moacir Sopelsa (PMDB), Romildo Titon (PMDB), Neodi Saretta (PT), Sandro Tarzan (PTB), Ideli Salvatti (PT), Joares Ponticelli (PPB), Milton Sander (PPB), Rogério Mendonça (PMDB) Jaime Duarte (PPS) e Odete de Jesus (PPB).

Brasília

Na quarta-feira (10) Knaesel passou o dia em Brasília participando da 1ª Conferência sobre Federalismo Cooperativo, promovida pelo Itamaraty, sob o tema "Globalização e Democracia", foram discutidos tópicos como Federalismo Fiscal e Desigualdades Regionais; Federalismo Incompleto - Descentralização e Indefinição de Competências; Harmonização Fiscal.



Deputados professores querem negociar fim da greve
Aquela que está sendo chamada de "bancada de deputados professores", formada por Ideli Salvatti (PT), Joares Ponticelli e Odete de Jesus ambos do PPB, tentava nesta quinta-feira um contato telefônico com o governador Esperidião Amin para agendar reunião com vistas à negociação para o fim da greve dos professores.

COMISSÕES

Desenvolvimento sustentável no meio rural

Com o objetivo de solicitar a adoção de medidas saneadoras urgentes e medidas eficazes no sentido da definição e implementação de uma política estatal que permita o pleno desenvolvimento sustentável do meio rural, em apoio ao VII Grito da Terra Brasil, etapa estadual, a Comissão de Agricultura, presidida pelo deputado Moacir Sopelsa (PMDB), encaminhou uma indicação ao Governador do Estado. Para os integrantes da Comissão, “o evento citado é um espaço privilegiado para a discussão de alternativas diante das graves dificuldades enfrentadas pelo País e pelo Estado, que apontam para o processo inflacionário, a recessão e o agravamento das condições sociais”. Alerta que “a solução dos problemas do setor não se dará se não forem repensadas e transformadas as bases dos projetos de desenvolvimento que estão sendo adotados atualmente”.

A pauta de reivindicações do Grito da Terra é resultado de encontros realizados pelas 17 microrregiões sindicais, envolvendo 227 sindicatos de trabalhadores rurais mais 44 extensões de base, representando cerca de duzentas mil famílias de trabalhadores rurais, envolvendo um público de aproximadamente um milhão de pessoas, além de muitos assalariados rurais. “Urgem medidas das autoridades estaduais no sentido de proporcionar melhores condições de sobrevivência a essa

importante fatia produtiva do Estado”, alertam o presidente e seus membros.

Em favor do MST

Ao Presidente da República, ao Ministro do Desenvolvimento Agrário e aos integrantes da bancada catarinense no Congresso Nacional, a Comissão está pedindo medidas urgentes no sentido de que sejam instituídos mecanismos para o atendimento de reivindicações constantes da pauta de negociação do MST. Segundo o documento encaminhado, “a sociedade brasileira está vivendo uma grave crise no meio rural e um processo crescente de empobrecimento dos trabalhadores, condição que resulta na necessidade de o Programa de Reforma Agrária

do Governo Federal merecer uma reavaliação, especialmente no que se refere à sua execução”.

Mais adiante, a Comissão afirma que “existem cerca de 500 acampamentos, com mais de cem mil famílias acampadas em todo o Brasil, visando sensibilizar as autoridades para o desenvolvimento de ações na área. É necessária a adoção de medidas urgentes para a conclusão de um processo adequado para a realidade brasileira, amparando esse setor que se apresenta como essencial ao desenvolvimento nacional, além de garantir a melhoria das condições de sobrevivência dos agricultores”.

Agricultores mostram sua força na Capital

Nesta segunda-feira, antes do “VII Grito da Terra 2000”, organizado pela Fetaesc, mais de quinhentos agricultores do Alto e Médio Vale do Itajaí participaram de audiência pública na Assembléia, promovida pela Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Casa, presidida pelo deputado Nelson Goetten (PPB).

Foram discutidos os problemas que os agricultores enfrentam com a Polícia Ambiental, que tem invadido e apreendido a colheita de famílias do interior do Estado com o pretexto de defender a preservação da mata.

Os depoimentos de agricultores emocionaram as autoridades presentes, que de certo modo comprometeram-se em fiscalizar as denúncias ali feitas, dentre elas representantes da Fatma, Ibama, Polícia Florestal, Ministério Público, Secretaria da Agricultura, Secretaria do Meio Ambiente, entre outros.

Os deputados Nelson Goetten e Francisco de Assis (PT), presentes ao ato, comprometeram-se em analisar as propostas de manejo sustentável apresentadas e dar apoio a futuros projetos de lei para a área.

Amin apresenta valores do OR em 15 dias

Recebidos em audiência pelo governador Esperidião Amin nesta quinta-feira os deputados João Rosa (PTB), presidente da Comissão de Finanças, Rogério Mendonça (PMDB) e Francisco de Assis Nunes (PT), assim como os delegados do Orçamento Regionalizado, receberam do Chefe do Executivo a resposta de que em 15 dias sairá a definição do valor destinado ao OR para o ano 2001.

Segundo João Rosa, a tarefa da análise dos números foi encaminhada ao secretário da Fazenda, Antonio Carlos Vieira, presente ao encontro. O parlamentar informou que o Governador pretende

comparecer audiências públicas ou, no seu impedimento, enviar um representante para prestar esclarecimentos sobre o comprometimento da receita com pessoal, obras em andamento e receita disponível.

Rosa declarou que os delegados e parlamentares ficaram satisfeitos com a proposta, ressaltando que levar ao interior um valor acordado com o Executivo consolida o Orçamento Regionalizado, além de estabelecer uma parceria entre a Casa e o governo do Estado. Frisou ainda na reunião que os parlamentares vão fiscalizar os R\$ 19 milhões destinados para as metas do OR neste ano.

Audiovisual Mercosul

A Comissão Especial do Mercosul, presidida pelo deputado Milton Sander (PPB), está pedindo ao Presidente da Petrobrás e ao Governador do Estado apoio à realização do IV Florianópolis Audiovisual Mercosul, previsto para o período de 23 de maio a 02 de junho, a exemplo do que já foi feito no ano passado.

O evento, aprovado pelo Ministério da Cultura, é de cunho internacional, e ao mesmo tempo estará sendo realizado o 1º Encontro Parlamentar Mercosul Audiovisual, sob a coordenação da Comissão Especial do Mercosul.

COMISSÕES

Adiada votação das concessões rodoviárias

Foram mais de três horas de reunião, com muita discussão e divergências de opinião, para que os deputados da Comissão de Justiça votassem o parecer do deputado Onofre Agostini (PFL), relator do processo de licitação e concessão do Sistema Brusque e BR - 470, apreciado pelo Tribunal de Contas do Estado. A decisão do TC concluiu que há irregularidades no processo licitatório. Baseado no artigo 5º da Constituição Federal, que diz que em caso de processo administrativo "ficam assegurados aos acusados o contraditório e ampla defesa", o parecer do relator, aprovado nesta terça, com restrições, foi pelo encaminhamento da matéria ao Tribunal de Contas, para que solicite, após a notificação das concessionárias Colesc e Ecovale, do Departamento de Estradas de Rodagem (DER) e do ex-diretor do DER, Oscar Alberto da Silva Gayer, a defesa sobre o assunto.

Para a deputada Ideli Salvatti (PT), autora do projeto de decreto legislativo que susta os contratos de concessão de rodovias e que votou contra o parecer do deputado Onofre, essa é uma decisão arriscada. "É uma forma de não decidir. Não sendo sustado o contrato, o governo do Estado poderá devolver a BR-470 ao

governo federal, a exemplo do que foi feito com a 280. Aí será o caos total".

O próprio relator contesta a decisão do Executivo em não sustar os contratos. "Está muito cômodo o governo lavar as mãos e jogar a responsabilidade para a Assembléia", afirmação que foi reforçada pelo seu colega de partido, Júlio Garcia.

O deputado Ivan Ranzolin (PPB), que votou pela aprovação do parecer com restrições, disse que se até o próximo dia 22 não houver manifestação do TC, vai requerer uma sessão extraordinária para votar o projeto de decreto legislativo da deputada Ideli, que susta os contratos de concessão.



Falta de consenso adia votação

Comissão de Trabalho volta a discutir "LER"

A Comissão de Trabalho promoveu nesta semana uma audiência pública para discutir, com médicos e sindicalistas, o projeto de lei que estabelece normas de prevenção às doenças e critérios de defesa da saúde dos trabalhadores em atividades que possam desencadear Lesões por Esforços Repetitivos (LER). A iniciativa da proposição é dos deputados Volnei Morastoni, Ideli Salvatti e Neodi Saretta, todos do PT.

O projeto define a LER, o procedimento de diagnóstico e prevenção, além de definir punições para quem desrespeitar a lei depois de aprovada e sancionada pelo Governador do Estado. Garante que os trabalhadores sejam informados dos riscos de adquirir a doença; estabelece pausas e limitações de tempo no trabalho; determina a adequação de máquinas, mobiliários, dispositivos, equipamentos e ferramentas de trabalho às características do trabalhador, bem como do ambiente de trabalho em relação à temperatura, ruído e iluminação.

A proposta dos parlamentares petistas determina ainda a realização rotineira de exames clínicos periódicos, incluído os de retorno ao trabalho após licença médica, e que os casos de LER sejam notificados por qualquer pessoa, órgão ou empresa ao Sistema Único de Saúde (SUS), e estabelece punições de advertência, multa diária de 1 a 1000 UFIR e suspensão temporária das atividades em casos de reincidência ou risco grave à saúde.

Os médicos e sindicalistas representantes das categorias de trabalho com maior incidência de LER apresentaram sugestões "para melhorar o projeto", como o estabelecimento de uma carga horária de seis horas diárias, proibição de horas extras, rodízio de trabalhadores com conhecimento de funções, garantia de pensão pelo INSS ao lesionado inválido, intervalo para ginástica dirigida, criação de comissões de saúde para empresas com mais de 100 trabalhadores, garantia de informações sobre LER e programa permanente de prevenção e diagnóstico..

Revisão da tabela do IR

Foi encaminhado nesta semana telegramas ao Presidente da República e ao Ministro da Fazenda, solicitando a imediata revisão da tabela do Imposto de Renda das pessoas físicas, atendendo encaminhamento da Comissão de Finanças e Tributação, presidida pelo deputado João Rosa (PTB). Em 1998, 67% do total do Imposto de Renda arrecadado pelo Governo Federal foi de contribuintes pessoas físicas e, em 1999, esse percentual subiu para 75%, "demonstrando a perversidade da arrecadação sobre a renda dos assalariados e profissionais liberais", esclarece a Comissão. Os deputados argumentam que a atualização da tabela é fundamental para uma tributação justa, que respeite a capacidade contributiva de cada cidadão.

PLENÁRIO

Reapresentado projeto anti-HIV

O deputado Jaime Duarte (PPS) reapresentou projeto que dispõe sobre o direito da mulher grávida solicitar o teste anti-HIV pelo SUS. Segundo o parlamentar, o teste sorológico como exame complementar dos cuidados pré-natal deve ser gratuito para os usuários do Sistema Único de Saúde. Ele lembrou que a prevenção da transmissão da AIDS de mãe para filho com uso adequado de medicamento reduz as chances de transmissão ao recém-nascido para 8%. O mesmo projeto, aprovado em 99, teve veto do Executivo mantido pelos deputados.

Lixo das escolas e hospitais

No entanto o parlamentar comemora recente rejeição a outro veto governamental a projeto de sua autoria, e que estabelece a criação do programa de coleta seletiva do lixo nas escolas públicas estaduais. A lei tem por objetivo promover a educação ambiental da comunidade nas escolas.



Deputado Jaime Duarte

Também foi transformado em lei o projeto de Duarte que obriga os serviços de saúde do Estado a adotar um plano de gerenciamento do lixo recolhido nos hospitais e clínicas. A nova lei vai cuidar dos resíduos capazes de causar infecção, produtos químicos e rejeitos radioativos.

Mudança no Código Florestal repercute na Assembléia

As alterações no Código Florestal Brasileiro, proposta pela bancada ruralista no Congresso e aprovada na Comissão de Justiça, que poderão aumentar o desmatamento no Brasil, reduzindo de 80 para 20% a área protegida da Amazônia, repercutiram fortemente na Assembléia Legislativa. O deputado Joares Ponticelli (PPB) solicitou mobilização dos deputados estaduais e federais para repudiar as alterações que ferem de morte o equilíbrio ambiental do país, propondo o aumento da supressão das florestas.

Já o deputado peemedebista Ronaldo Benedet acusou os latifundiários, madeireiros ou seus representantes, chamados de ruralistas brasileiros, de envergonharem o

país e causar preocupação a toda a humanidade.

Disse que "o próprio governo, consciente das repercussões internacionais negativas, já manifesta a intenção de lutar pela derrubada do famigerado projeto".

Requerimento

O deputado Walmir Comin (PPB), que solicitou à coordenação do Fórum Parlamentar Catarinense que faça o acompanhamento dos trâmites do projeto que altera o Código Florestal, declarou que os catarinenses, assim como seus irmãos dos demais estados, acompanham com preocupação as informações dando conta de possíveis prejuízos à cobertura vegetal do país, do Estado e de virtuais danos aos agricultores.

Auditoria do TCE

A deputada Ideli Salvatti (PT) entrou com pedido de auditoria por parte do Tribunal de Contas sobre as obras de ampliação do Colégio Estadual João Silveira, no bairro Aririú, em Palhoça, paralisadas em dezembro de 1999. Ideli explica que a obra não apresenta a placa (obrigatória em obras públicas) indicando a empresa executora nem a responsabilidade técnica, prazo de execução e custo total do empreendimento.

O local apresenta sérios riscos à saúde e à segurança, pois não há banheiros suficientes já que os novos estão em fase de construção; as fossas e caixas de gordura têm coberturas inadequadas; não há local apropriado para refeitório, os alunos usam um galpão sem condições de higiene; a cozinha funciona provisoriamente no espaço da biblioteca, desativada e cujo acervo permanece empilhado; as salas de aula receberam pintura sem a substituição das madeiras com cupins; a rede elétrica não foi substituída e apresenta queima constante de lâmpadas; o pátio não foi lajotado e alaga em dias de chuva e os entulhos da construção permanecem amontoados próximos a salas e área de lazer.

Projeto para evitar sonegação fiscal

O deputado Jorginho Mello (PSDB) apresentou Projeto de Lei nº 96/00, que dispõe sobre orientação ao consumidor para a exigência de notas fiscais nos estabelecimentos comerciais, industriais e de serviços, obrigando que sejam afixados cartazes em locais visíveis, junto a caixas, com o seguinte dizer: "Você quer Santa Catarina melhor? Exija nota fiscal".

Na justificativa o deputado afirma que o consumidor por falta de esclarecimento ou de incentivo, ainda não adquiriu o hábito de pedir nota fiscal quando de suas compras. As campanhas não estão atingindo de forma

satisfatória a conscientização dos cidadãos com referência a este ato, que deixando de ser feito, resulta em sonegação fiscal, crime previsto no Código Penal Brasileiro.

Segundo ele, será uma medida simples, de fácil aplicabilidade, que contribuirá para conscientizar os cidadãos do seu poder quanto à exigência de um direito, mas principalmente do dever em solicitar a nota fiscal, evitando assim a sonegação.

Nas deliberações desta semana, a Comissão de Constituição e Justiça deliberou favoravelmente pelo projeto, que vai para apreciação plenária.

Sché quer vale-salário optativo

O Plenário aprovou nesta semana a indicação do deputado Heitor Sché (PFL) solicitando ao Governo do Estado a implantação do vale-salário optativo destinado ao pagamento dos vencimentos atrasados aos funcionários públicos. Este vale-salário terá destinação específica para quitação desse ônus, permitindo àqueles que recebem, comércio, prestadores de serviços e outros, desconto desses valores nas guias de pagamento do ICMS.

O parlamentar explica sua proposição levando em consideração que "o atual governo assumiu uma pesada herança da administração anterior, principalmente no

que diz respeito ao não-pagamento dos vencimentos dos meses de outubro, novembro e dezembro de 1998. Uma vez que a situação de grande parte dos servidores públicos é de penúria, necessitando a urgente ação política que venha equacionar a questão".

Sché disse ainda que "o vale-salário optativo virá resgatar essa dívida, fomentando o fluxo de recursos na economia do Estado, gerando o aumento na oferta de empregos e de renda. Sabemos que o governo estadual vem trabalhando arduamente para resgatar e atender as necessidades do funcionalismo, devolvendo a auto-estima e o respeito ao cidadão catarinense".

Educação para o trânsito nas escolas

O deputado Moacir Sopelsa (PMDB) apresentou projeto de lei que prevê a inclusão de aulas regulares sobre educação para o trânsito nas escolas públicas da rede de ensino. "Nossa intenção é levar à classe estudantil conhecimentos específicos sobre o trânsito. Com isso esperamos contribuir para a redução dos índices de mortes provocadas por acidentes".

O projeto determina que as aulas sejam anexadas no regimento interno das escolas após regulamentação por parte da Secretaria da Educação. "Perdemos, por ano, no trânsito catarinense, segundo dados do Detran, aproximadamente 1.500 pessoas em acidentes. Isso sem computarmos os feridos e aqueles que ficam incapazes de desenvolver alguma atividade física", revela Sopelsa. Acrescenta ainda que somente com a educação dos futuros condutores será possível reduzir, a médio e longo prazo, esses índices trágicos. "Precisamos é mudar a mentalidade dos futuros motoristas", conclui.

Truculência

O deputado Jorginho Mello (PSDB) encaminhou pedido de informação ao Governador do Estado e ao Comandante-Geral da Polícia Militar indagando sobre as providências que deveriam estar sendo tomadas quanto a episódios que vêm acontecendo em Laguna envolvendo PMs e pescadores.

Segundo o parlamentar, a população local tem manifestado repúdio pela forma truculenta com que a Polícia Militar vem tratando pescadores e simpatizantes da pesca naquele município. O assunto já foi motivo de moção apresentada na Câmara de Vereadores de Laguna.

Proposições

Deputado Altair Guidi (PPB) ao diretor do jornal Tribuna Criciumentense cumprimentando-o pela passagem do 45º aniversário de fundação daquele órgão de imprensa.

Deputado Clésio Salvaro (PFL) solicitou ao Secretário dos Transportes e Obras a construção de um trevo na rodovia SC-446, no acesso do Bairro São Simão, em Criciúma.

Deputado Neodi Saretta (PT) ao Ministro dos Transportes, solicitando informações sobre a atual situação da recuperação da BR-153, principalmente nos trechos entre Irani e Concórdia.

Deputado Narcizo Parisotto (PMDB) ao Prefeito e ao Presidente da Câmara de Vereadores de Biguaçu, cumprimentando-os pela passagem de mais um aniversário do município, a ser comemorado em 17 de maio.

Deputado Joares Ponticelli (PPB) às autoridades dos municípios de Santa Rosa de Lima e Maracajá, parabenizando-as pelos aniversários de suas fundações, comemorados respectivamente em 10 e 12 de maio.

Deputado Nelson Goetten (PPB) ao Presidente da Malwee Malhas Ltda., parabenizando-o pela indicação do seu nome pela Confederação Nacional da Indústria para recebimento da Comenda da Ordem Nacional do Mérito Industrial.

Deputados Gelson Sorgato (PMDB) e **Jorginho Mello** (PSDB) solicitando ao Diretor do DNER/SC, solicitando informações sobre a recuperação do trecho compreendido entre o Km - 66 e o Rio Jacutinga, da BR-153.

Deputado Altair Guidi (PPB) ao Governador do Estado e aos Secretários da Educação, Saúde e Agricultura, cumprimentando-os pela iniciativa da homenagem prestada aos índios com o programa de apoio ao desenvolvimento das comunidades indígenas.

Deputado Nelson Goetten (PPB) ao Secretário dos Transportes e Obras, pedindo a realização de pavimentação asfáltica entre as cidades de Santa Terezinha e Papanduvas, e melhorias na rodovia SC-427, que liga Vidal Ramos e Ituporanga.

Deputado Neodi Saretta (PT) ao Presidente da Telesc, solicitando a implantação urgente de novas linhas telefônicas no Loteamento Novo Horizonte, em Concórdia.

Deputado Clésio Salvaro (PFL) ao Ministro da Previdência e Assistência Social e ao Superintendente do INSS em SC, solicitando uma agência móvel do INSS (Prev Móvel) para atender Turvo, Meleiro, Jacinto Machado e Timbé do Sul. **Deputado Gelson Sorgato** (PMDB), de igual teor, para Bela Vista do Toldo.

Deputado Jaime Mantelli (PDT) ao Chefe do DNER/SC, requerendo que adote providências para a construção de uma passarela de pedestres no Km-149 da BR-101, em Itapema.

Deputado Nilson Gonçalves (PFL) ao Chefe do DNER/SC, solicitando medidas para melhorar a sinalização da BR-280, especialmente no trecho que passa por Araquari, entre Joinville e São Francisco do Sul.

Deputado Neodi Saretta (PT) à Secretária da Educação, pedindo providências no sentido de normatizar e implantar a lei que dispõe sobre a educação para o trânsito nas escolas sobre e a implantação do Programa de Trânsito Aluno-Guia.

Deputado Onofre Agostini (PFL) ao Governador, indagando quais os motivos que ensejaram a redução nos valores repassados, para cumprimento do art. 170 da Constituição Estadual, às universidades do Estado.

Deputado Nilson Gonçalves (PFL) ao Ministro da Previdência, preocupado pelo atraso na concessão de aposentadorias, sugere que a análise da documentação e a concessão dos benefícios não ultrapassem o prazo de seis meses.

ESPECIAL

Exposição comemora 74 anos da Ponte Hercílio Luz

Coordenador do Fórum Pró-Restauração e Conservação da Ponte Hercílio Luz, o deputado Lício Mauro da Silveira (PPB) abriu oficialmente nesta quarta-feira (11) a Exposição de Época Anos 20, na Galeria de Arte da Assembléia Legislativa.

A Exposição mostra os objetos de uso, costumes da época e principalmente fotos daquela que foi considerada a mais arrojada obra arquitetônica de Santa Catarina: a Ponte Hercílio Luz.

Inaugurada em 13 de maio de 1926, numa iniciativa do

então governador Hercílio Luz, foi a primeira ligação Ilha/Continente e responsável pelo desenvolvimento viário da Capital.

Fechada ao tráfego por problemas em sua estrutura desde 1982, a ponte hoje aguarda a viabilização de projetos para sua recuperação. De acordo com o deputado Lício, está em fase final de conclusão a concorrência internacional para a elaboração do projeto de restauração, estimado hoje em 30 milhões de dólares.

Criado em 1996, o Fórum Pró-Restauração, que congre-



Deputado Lício abre mostra de aniversário da ponte

ga mais de 42 entidades, luta agora pela restauração e conservação da Ponte, bem como pelo seu tombamento como patrimônio da humanidade. O processo já está tramitando na representação da Unesco no Brasil.

Livro conta a história do Estado

A Editora Insular lançou nesta terça-feira, às 20 horas, na Galeria de Arte da Assembléia Legislativa, o livro "Santa Catarina, Quatro Séculos de História: XVI ao XIX", de autoria de Aujor Ávila da Luz. Nascido em 1906 em Florianópolis, onde morreu em 1974, Aujor dedicou grande parte de sua vida às pesquisas sobre Santa Catarina.

A obra, que foi organizada pelo presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Estado, Carlos Humberto

Corrêa, reúne relatos de viajantes que por aqui passaram desde o início do século XVI. Para contar a história catarinense, o autor correlaciona os eventos locais com os acontecimentos nacionais e internacionais. "Trata-se de um livro de grande utilidade para estudantes, professores, intelectuais e todos aqueles que têm inquietação ou curiosidade sobre o passado e destino dos catarinenses", afirmou Corrêa.

Salvaro leva Comissão de Saúde a Criciúma

Preocupado com as consequências econômicas e sociais que seriam acarretadas se fosse aprovado na Assembléia o projeto de lei que determina a proibição do amianto como matéria prima, o deputado Clésio Salvaro (PFL) solicitou que a Comissão de Saúde e Meio Ambiente, presidida pelo deputado Nelson Goetten (PPB) participe em Criciúma de reunião com empresários e trabalhadores, já que a medida poderia atingir cerca de 4 mil empregados.

Os deputados membros da comissão deverão se deslocar para Criciúma na próxima semana na tentativa de buscar soluções alternativas, enquanto tramita o projeto nº 282/99 de autoria parlamentar, que, em função dos já comprovados danos do material à saúde humana e ao meio ambiente, veda sua utilização nas indústrias.

Agenda

Dia 15, às 10 horas – Reunião de trabalho da CPI do Narcotráfico.

Local: Sala das Comissões

Dia 15, às 16 horas – Sessão solene em homenagem ao Dia do Assistente Social

Local: Plenário

Dia 15, às 20 horas – Abertura da Mostra Coletiva pelos 25 de fundação da Associação Catarinense de Artistas Plásticos

Local: Galeria de Arte

Dia 16, às 18:30 horas – Sessão solene "Mãos anônimas que constroem Santa Catarina". Serão destacados trabalhadores em atividades para o bem-estar coletivo.

Local: Plenário